



FAKE NEWS COMO PRODUÇÃO TEXTUAL DISRUPTIVA: OS ABALOS NOS CAMPOS SOCIAIS

FAKE NEWS AS A DISRUPTIVE TEXTUAL PRODUCTION: BLOWS IN SOCIAL FIELDS

Anna Christina Bentes¹
José Elderson de Souza-Santos²

Resumo: Neste artigo, pretendemos apresentar uma abordagem textual-discursiva das *fake news*, postulando que elas são práticas comunicativas estruturadas por meio de uma produção textual em larga escala, produção essa concebida no/ e incorporada tanto ao campo jornalístico quanto ao campo político. Ao mesmo tempo em que exploram as características textuais-discursivas da produção simbólica desses campos, as *fake news* contribuem para a sua deterioração, ao construírem a suspeição sobre a legitimidade das instituições em geral, dos agentes do Estado e, no caso do Brasil, também sobre os procedimentos eleitorais e sanitários. Ao mesmo tempo em que buscam a deterioração especialmente dos campos jornalístico e político, os atores sociais responsáveis por essa produção textual massiva também buscam estabelecer a inserção e a legitimação de novos atores e de outras trajetórias nesses campos, especialmente por meio da desintermediação, instaurando um ambiente de disputa de “vida ou morte” no espaço social, disputa esta que parece estar em seu ápice no Brasil. Nesse sentido, a produção textual massiva constitui-se como um importante instrumento tanto para manter esse ambiente de disputa quanto também para dar continuidade aos processos de inserção e de legitimação/ deslegitimação dos diversos atores nos/dos diversos campos sociais.

Palavras-chave: *fake news*; texto; campo jornalístico.

Abstract: In this article, we intend to present a textual-discursive approach to fake news, postulating that they are communicative practices structured through large-scale textual production, a production conceived and incorporated both in the journalistic field and in the political field. At the same time as textual-discursive characteristics of the symbolic production of these fields are explored, *fake news* contributes to its deterioration, by building suspicion about the legitimacy of institutions in general, of state agents and, especially in the case of Brazil, also about electoral and health procedures. At the same time as they seek symbolic deterioration, especially in journalistic and political fields, the social agents responsible for this large-scale textual production try to establish the legitimacy of new actors and other trajectories in these social fields, especially through disintermediation, establishing an environment of *life-or-death* dispute in the social space, which seems to be at its peak in Brazil. In this sense, large-scale textual production is an important instrument both to maintain this dispute environment and to give continuity to the processes of insertion, legitimation and delegitimization of the various actors in various social fields.

Keywords: *fake news*; text; journalistic field.

¹ Professora titular do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil. acbentes@unicamp.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3183-1291>.

² Doutorando da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil. Bolsista CAPES.
eldersonsantos@hotmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4295-5855>.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A propagação daquilo que no senso comum denominamos boatos, fofocas, conspirações e conteúdos caluniosos, notícias falsas, bem como de outras práticas semelhantes àquelas que na atualidade são conhecidas como *fake news* tem sido parte de diversos eventos históricos, em diferentes sociedades. A esse respeito, Zanatta (2018) explica que a exploração de boatos como arma política já se encontrava presente nos séculos XVI e XVII, como evidenciam os escritos de Francis Bacon. Seibt (2018) destaca a divulgação de boatos, ao longo da Revolução Francesa, como um importante recurso que estimulou o ódio à rainha Maria Antonieta, o que possivelmente também influenciou a decisão sobre sua execução no ano de 1793 (séc. XVIII).

Gelfert (2018) esclarece que, em suma, aquilo que se costuma definir como falsificação de notícias pode ser avaliado como um problema social de longa data, pois “[...] já existe há muito tempo, e cada repetição do avanço tecnológico, do telégrafo no século XIX aos algoritmos contemporâneos de mídia social, desencadeou novas possibilidades de engano e fabricação.” (p. 90). Já Bloch (2013), numa aproximação com a Psicologia Social, discute o impacto da produção e da propagação daquilo que se denomina *fake news* sobre a Guerra Européia / 1ª Guerra Mundial (ocorrida de 1914 a 1918, séc. XX). O autor registra que as condições psicossociais e culturais, como o medo, as pressões, as tensões e o contato com o desconhecido possuem forte influência sobre a produção/propagação de textos noticiosos com conteúdos falsos e/ou de natureza semelhante, como boatos.

No século XXI, especialmente a partir da segunda década, inúmeras investigações passaram a ser desenvolvidas no Brasil e no exterior sobre o que se convencionou chamar de *fake news* e seus impactos sobre eventos sociais diversos. Em se tratando especificamente do contexto brasileiro, como eventos que atraíram e atraem a atenção de pesquisadores pela utilização dessas produções, podemos mencionar o golpe (BASTOS, 2017) sofrido pela então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), em 2016, o assassinato e a tentativa de aniquilamento moral (FREITAS, 2020) sofrida pela então vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL), em 2018, a prisão política do então ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2018, promovida pelo político/juiz Sérgio Moro, a eleição para presidente do Brasil de Bolsonaro (PSL), em 2018 (RODRIGUES; FERREIRA, 2020), a condução neofacista da pandemia por Bolsonaro e seus aliados, em 2020-2022 (CAVALCANTE, 2021; BENTES; MORATO, 2022), a tentativa de reeleição de Bolsonaro (PL) em 2022 e as invasões e depredações das sedes dos três poderes do Brasil por bolsonaristas-terroristas em 08 de janeiro de 2023.

Neste artigo, buscamos trazer para a discussão considerações sobre a natureza textual-discursiva³ das *fake news*, dado que a compreensão dessa natureza permite assinalar aspectos relevantes a serem contemplados na explicação desse fenômeno social. Sendo assim, a discussão toma como base uma visada que é, ao mesmo, sociocognitiva e socioantropológica do texto, o que significa dizer que, para nós, textos são, além de

³ Em consonância com uma perspectiva de base sociocognitiva, assumiremos ao longo desse texto a concepção de discurso proposta por Íñiguez (2003; 1997) e Íñiguez e Antaki (2004), resumida na formulação de Garay, Íñiguez e Martínez (2005, p. 110-11): “um conjunto de práticas linguísticas que mantêm e promovem certas relações sociais”. O interesse desse grupo de pesquisadores é o de investigar como os próprios atores sociais elaboram suas interações sociais e verbais a partir de perspectivas variáveis e diversas do mundo social, considerando que a “orientação do discurso para funções específicas é uma indicação de seu caráter construtivo” (p. 111). O grupo também dialoga com autores que consideram centralmente três premissas: a do interesse sobre como as pessoas constroem a realidade social; a da consideração da linguagem não como uma descrição da realidade, mas como uma construção dessa realidade; e a da compreensão da linguagem como uma prática social (p. 112).

processos (do ponto de vista sociocognitivo-interacional), artefatos sócio-históricos (MARCUSCHI, 2008; HANKS, 2008). Na mesma direção, em verbete produzido sobre o conceito de texto, Bentes afirma que os textos podem ser considerados como i) formas de inspirar, pela linguagem, o agir de certo modo no mundo social; ii) fenômenos histórico-sociais relevantes de inúmeras formas; iii) fenômenos fundamentais para o estabelecimento de relações sociais; e iv) fenômenos que auxiliam na organização do conhecimento social produzido ao longo da história da humanidade (BENTES, no prelo).

Sendo assim, objetivamos, em primeiro lugar, apresentar um primeiro agrupamento de investigações sobre *fake news*, considerando as principais contribuições para a conceituação do objeto em questão. Em segundo lugar, apresentamos uma discussão sobre a noção de campo jornalístico (BOURDIEU, 1997), de forma que seja possível compreender as *fake news* como práticas comunicativas (HANKS, 1996) estruturadas por meio de uma produção textual em larga escala, produção essa concebida no/ e incorporada tanto ao campo jornalístico como a outros campos sociais. o campo político. Em terceiro lugar, produzimos uma breve discussão sobre a natureza textual-discursiva das *fake news*, a partir de comentários sobre um conjunto de dados reunidos na Internet que indiciam os preparativos para a tentativa de golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023 no Brasil. Nossas reflexões sobre esse fenômeno são produzidas a partir do diálogo com os estudos citados.

2. UMA EXPRESSÃO, MUITAS VISÕES

A popularização da expressão *fake news* envolve um contexto tanto de disputa política quanto de disputa de um representante importante do campo político com o campo jornalístico⁴. Donald Trump, uma semana antes de sua posse, em janeiro de 2017, em uma entrevista coletiva, recusa-se a responder uma pergunta de um repórter da CNN, e acusa a emissora: “You are fake news”⁵. Em uma matéria publicada no site do Instituto de Estudos Avançados da USP, Beatriz Hermínio explica que o ex-presidente Donald Trump “passou a utilizar o termo *fake news* para definir o trabalho de jornalistas e analistas da mídia no geral, normalizando a expressão entre seus apoiadores e ao redor do mundo”⁶.

Desde que Donald Trump fez essa clara acusação a um importante grupo de comunicação norte-americano, muitos debates já aconteceram e muito conhecimento foi produzido sobre as práticas sociais que o termo tenta abarcar. Nesta segunda parte de nosso artigo, pretendemos trazer uma apresentação dos critérios que podem auxiliar na identificação das *fake news*, a partir das principais contribuições de cada grupo de estudos apresentado..

De modo a produzir uma síntese dos conteúdos das investigações tecidas sobre *fake news* nas décadas recentes do séc. XXI, coletamos e analisamos 30 produções científicas produzidas entre 2017 e 2023, que incluem artigos científicos, livros, relatórios de investigação, entrevistas e análises jornalísticas, de autores de diferentes disciplinas de investigação e diferentes regiões do mundo. Ou seja, além do recorte temporal mencionado, as diversidades epistemológica, de origem geográfica e de formação genérica das produções analisadas formam os critérios de seleção de tais produções, com foco na obtenção de um conjunto de textos que, embora sem representatividade

⁴ Vamos tratar do conceito de campo na parte 3 deste artigo.

⁵ <https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/11/trump-attacks-cnn-buzzfeed-at-press-conference>

⁶ <http://www.iea.usp.br/noticias/fake-news-origem-usos-atuais-e-regulamentacao>

quantitativa, pudesse permitir vislumbrar como pelo menos uma parte do campo científico tem analisado e definido as *fake news*, a partir de distintas perspectivas, e que, apesar de distintas, convergem em pontos específicos.

Esse levantamento não é exaustivo e, com certeza, há ainda outros grupos que podem ser considerados em um outro momento. Para os fins deste artigo, os trabalhos analisados foram agrupados em quatro temas: 1) trabalhos que apresentam definições de *fake news*/desinformação; 2) trabalhos que buscam explicar a existência das *fake news*, respondendo a perguntas como o porquê de elas existirem, desde quando existem e quais as suas características no contexto da sociedade contemporânea; 3) trabalhos que, ou sugerem caminhos para o combate às *fake news*/desinformação, ou apresentam resultados que podem contribuir para elaboração de práticas de combate às *fake news*/desinformação; e 4) trabalhos que analisam o impacto das *fake news*/desinformação, ou a percepção desse impacto, em países diversos.

No grupo 1, temos as seguintes investigações que apresentam algum tipo de definição para as *fake News*: Tandoc Jr., Lim e Ling (2017), Allcott e Gentzkow (2017), Rini (2017), Lazer *et. al.* (2018), Gelfert (2018) e Melo (2020). A diversidade de autores que apresentam definições para as *fake news* reflete a própria diversidade do fenômeno. Tandoc Jr., Lim e Ling (2017), por exemplo, associam o termo *fake news* a um conjunto de práticas de linguagem: (i) sátira de notícias, (ii) paródia de notícias, (iii) fabricação de notícias, (iv) manipulação fotográfica, (v) publicidade enganosa e (vi) propaganda enganosa. Autores como Lazer *et. al.* (2018) e Gelfert (2018) definem *fake news* estritamente como produções deliberadamente enganosas que emulam textos jornalísticos. Rini (2017) assume que, embora tal emulação seja a forma mais comum de circulação desses textos, não é uma regra. Para essa autora, os conteúdos das *fake news* são conhecidos por seus criadores como falsos e são compartilhados com a intenção de enganar. Já Allcott e Gentzkow (2017) não restringem as *fake news* à imitação do texto jornalístico, definindo-as como produções comprovadamente falsas que podem enganar leitores, tais como conspirações, declarações falsas de políticos e conteúdos tendenciosos. Melo (2020), por sua vez, classifica as *fake news* como a materialização de um “valeduto” no discurso com base em crenças e interesses pessoais. Por fim, temos a investigação de Wardle e Derakhshan (2017), que apresenta a definição de desinformação. Essa categoria seria parte de uma nova estrutura conceitual, a desordem informacional, pensada em substituição ao termo *fake news*.

Wardle e Derakhshan (2017) advogam a favor da substituição da expressão *fake news* por uma nova estrutura conceitual, a qual possibilitaria explicar a amplitude daquilo que denominam *desordem informacional*. Esta seria composta, então, pela *mis-information*, a *dis-information* e a *mal-information*. Dois parâmetros são utilizados para fundamentar a conceituação dessas categorias: *falsidade*, se os conteúdos dos textos são falsos ou verdadeiros, e *danos*, se há ou não, nos textos, intenção de se causar danos. As pesquisadoras assim explicam cada uma delas:

- *Mis-information* ocorrem quando informações falsas são compartilhadas, mas sem intenção de causar danos.
- *Dis-information* ocorrem quando informações falsas são deliberadamente compartilhadas para causar danos.
- *Mal-information* é quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, geralmente movendo informações destinadas a permanecer privadas para a esfera pública. (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 5).

Vemos, portanto, que embora tratem as práticas aqui discutidas sob vieses diferentes, Tandoc Jr., Lim e Ling (2017) utilizando o termo *fake News*, e Wardle e

Derakhshan (2017) propondo uma nova estrutura conceitual, composta pela *mis-information*, a *dis-information* e a *mal-information*, a qual pretende substituir a utilização do termo *fake news* e explicar o que denominam desordem informacional, as duas propostas utilizam parâmetros muito semelhantes entre si para traçar suas explicações. Em Tandoc Jr., Lim e Ling (2017), temos a facticidade e a intenção de enganar; em Wardle e Derakhshan (2017), temos a falsidade e o dano. Esses parâmetros dariam conta, então, de delimitar o que seria, ou não, *fake news*; o que faria parte, ou não, da desordem informacional; além de permitirem detalhar o que seria mais ou menos *fake news*/desinformação.

Avaliamos, contudo, que tais definições e parâmetros, talvez motivadas pela necessidade de respostas rápidas ao problema contemporâneo das *fake news*, de forma que se pudesse traçar distinções objetivas entre tais textos e os textos do campo jornalístico (como as notícias convencionais), reduzem significativamente a complexidade das dinâmicas sociais que constituem e envolvem a existência e a conceptualização das *fake news*. As dinâmicas às quais nos referimos, fulcrais para a compreensão desse objeto, são, sobretudo, aquelas práticas de dominação e violência simbólica, nas quais o campo jornalístico possui atuação importante.

Um estudo importante é o de Cesarino (2019), que não define as *fake news*, mas que encontra padrões (discursivos) nas mensagens que circulavam por Whatsapp no período da campanha eleitoral de 2018 no Brasil. A autora encontra cinco padrões (discursivos) nas mensagens, que resumem os objetivos gerais das mensagens que circulavam naquele momento: criar uma fronteira amigo-inimigo; fortalecer o carisma do candidato e traçar paralelos entre ele e seus seguidores; manter a audiência mobilizada através de mensagens alarmistas e conspiratórias; canibalizar o oponente e desqualificar fontes de conhecimento padrão como a mídia e a academia. Um outro estudo de Cesarino (2018) é também muito importante porque vai trazer à luz a inserção da produção textual-discursiva no campo político, postulando a noção de populismo digital.

Os trabalhos que podem ser filiados ao **grupo 2** buscam explicar a existência das *fake news* discutindo suas características na contemporaneidade, seus contextos de existência/circulação, suas consequências sociais e, também, sua vinculação ora à atividade política ora à atividade jornalística.

Autores como Mayoral, Parratt e Morata (2017), Delmazo e Valente (2018), Santaella (2018) e Balem (2018), por exemplo, vinculam a existência das *fake news* na contemporaneidade a fatores como novas possibilidades de interação, produção e propagação de textos promovidas pelas tecnologias digitais, crises na confiança em fontes de informação tradicionalmente legitimadas e a assunção de crenças e valores pessoais como verdades absolutas, as quais são, muitas vezes, propagadas como verdades jornalísticas e/ou científicas. Freitas (2020) contribui para refletirmos sobre a capacidade das *fake news* em promover aquilo que denomina aniquilamento moral.

Cesarino (2022) argumenta que as novas mídias, ao acelerarem processos de transformação, como a desintermediação⁷ (INNERARITY, 2012), favorecem uma crise

⁷ “That being said, the elimination of mediation is an ambiguous reality: the desire to ban it is fueled by democratic dreams of free spontaneity, more transparent markets, and the unlimited accessibility of information. It is the dream that opinion polls can make political wishes perfectly apparent, making it possible to govern based solely on polling numbers. But a ban on mediation could also produce the nightmare of a public space lacking the balance provided by limits, procedures, or representation. All these factors protect democracy from its possible irrationality because limits also guarantee our rights, procedures challenge arbitrary responses, and representation offsets populism. Of course, transparency and proximity are political values, but one might also value democratic discretion or democratic impartiality. This reveals a fact of which classic writers were already well aware: in politics, any value without a counterweight

na configuração sócio-histórica vigente, em que esta estrutura dá lugar a uma antiestrutura, tensionando o sistema social por completo e acarretando inversões de hierarquias. Tal realidade se reflete, por exemplo, “[...] no modo como as mídias digitais acirram a desconfiança dos usuários com relação à ‘grande mídia’, aos intelectuais e acadêmicos, às instituições da democracia representativa. (CESARINO, 2022, não paginado).

Para Gray, Bounegru e Venturini (2020), a discussão sobre as *fake news*, que consideram não se diferenciarem das *junk news* (notícias de baixa qualidade em geral), podem ser uma oportunidade para questionar, desafiar e mudar a forma como as infraestruturas jornalísticas tradicionalmente “[...] participam de processos econômicos, culturais e políticos.” (p. 320). Na mesma direção, Bezerra, Capurro e Schneider (2017) consideram que, embora com particularidades relacionadas ao ambiente *online*, este fenômeno: “[...] nada mais é do que a exacerbação de antigas práticas jornalísticas [...]” (p. 374). Figueira (2020) explica que a principal característica das *fake news* é fazer uma proposição falsa parecer verdadeira, logo, esses textos podem assumir formas muito distintas, desde aquelas que imitam completa ou parcialmente a estrutura jornalística, até aquelas que carregam em si somente a memória do discurso jornalístico.

No entanto, Carlson (2018) direciona sua crítica ao tratamento dado pelo jornalismo ao fenômeno das *fake news*.

Por meio do discurso público em torno das notícias falsas, a comunidade jornalística criou um outro desviante nas notícias falsas, ao mesmo tempo em que sustenta seus próprios relatos como verdadeiros e confiáveis. Nesse sentido, as notícias falsas se tornam um significante particular que condensa preocupações mais amplas em torno da erosão dos limites dos canais jornalísticos tradicionais, da extensão das vozes mediadas e do crescente papel das mídias sociais na distribuição de notícias. [...] Dessa forma, o pânico moral informativo em torno das notícias falsas explora as próprias ansiedades dos jornalistas em relação ao seu papel social, incluindo medos de usurpação [...]. (CARLSON, 2018, p. 2).

Considerando perspectivas sociocognitivas, o estudo de Gonçalves-Segundo (2020) sustenta que as *fake news*, em muitos casos, operam na tensão entre o que para dados grupos é absurdo e o que para dados grupos é evidente. Já Sallorenzo (2023a; 2023b) sustenta que nas interações *online* atuais, em redes sociais e em mensageiros como o *WhatsApp*, as notícias convencionais e os demais textos passam a ter a mesma diagramação, adquirindo a mesma relevância para seus interlocutores. Temos, portanto, segundo a pesquisadora, uma importante ruptura cognitiva no modo de reconhecer e interpretar as notícias, a qual favorece a propagação de *fake news* em detrimento das notícias convencionais. Em uma perspectiva linguístico-discursiva, o trabalho de Viscardi (2020) busca analisar como Jair Bolsonaro usa os substantivos *fake news*, mentira e verdade em sua conta oficial do *Twitter*, tanto como candidato quanto como presidente eleito do Brasil.

Os estudos de Zanatta (2018), Gomes e Dourado (2019), Rodrigues e Ferreira (2020) e Mendonça *et al.* (2023) compreendem as *fake news* como produzindo efeitos sociais principalmente no campo político (BOURDIEU, 1989). Rodrigues e Ferreira (2020) investigam as *fake news* no contexto brasileiro como parte da estratégia digital do populismo de direita bolsonarista. Mendonça *et al.* (2023) sustentam que “[...] as *fake*

becomes a potential threat. It is not coincidental that this dynamic of disintermediation is made manifest in diverse social environments and with different effects: if it has been used to justify deregulation in the economy, in politics it has promoted forms of direct and participatory democracy. Disintermediation was originally connected to economic neoliberalism; it has now spread to other domains”. (INNERARITY, 2012, p.5)

news podem ser pensadas como parte do repertório de confronto político contemporâneo” (p. 2). Gomes e Dourado (2019) rechaçam qualquer tentativa de vinculação das *fake news* ao campo jornalístico: “[...] *fake news* não são, no fundo, um caso de jornalismo danificando a democracia. Não são, na verdade, nem sequer um problema de jornalismo, mas de política.” (p. 44).

Bentes (2018) também vincula a existência das *fake news* à polarização política, ao contexto de guerra híbrida e às inovações tecnológicas que possibilitaram a disseminação rápida de conteúdos na *internet*. Para a autora, a existência dessa prática está relacionada a disputas entre sistemas de referências, crenças e valores, em diferentes campos. Além disso, sustenta que a produção e o compartilhamento desses textos permitem o acúmulo de, ao menos, dois tipos de capital, social e econômico, principalmente para aqueles que as fazem circular.

No **grupo 3**, como exemplo de investigação que sugere caminhos para combater as *fake news*, temos o trabalho de Seibt (2018), que defende o estabelecimento de uma cultura de verificação de conteúdos. O trabalho de Oliveira e Costa (2020) analisa as pistas contextuais que estudantes de uma escola pública do Ceará identificam em *fake news* enquanto marcas caracterizadoras desses textos. Já Ferreira (2021), Komesu, Alexandre e Silva (2020) e Komesu, Daunay e Fluckiger (2021) sustentam a necessidade de discussão e análise dos processos de produção e de recepção das *fake news* nos diversos contextos dos letramentos escolar, acadêmico e o midiático. Todos os estudos assumem que as práticas de letramento adequadamente orientadas são fundamentais para combater a desinformação no Brasil.

Por fim, no **grupo 4**, Islam *et al.* (2020) analisam o impacto da desinformação sobre a saúde pública global no contexto da pandemia de Covid-19. Athaydes, Álvarez-Nobell e Sadi (2020) analisam quais as visões de 1.165 profissionais da comunicação de 19 países latino-americanos a respeito das *fake news* em seus países. Entre os resultados alcançados, destacamos o fato de 62,7% avaliarem que as esferas públicas de seus países são muito afetadas pelas *fake news*. Nieves-Cuervo *et al.* (2021) analisam o comportamento da disseminação de notícias falsas ao longo da pandemia de Covid-19 durante o ano de 2020 em seis países sul-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. Seus dados mostram que os países em que houve maiores dificuldades no reconhecimento de notícias falsas durante a pandemia foram Peru (79%) e Colômbia (73%).

3. O CAMPO JORNALÍSTICO: DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Pierre Bourdieu é um dos mais importantes sociólogos do século XX e um dos poucos que estabeleceu uma reflexão sobre o papel da chamada “língua legítima” na constituição do capital simbólico acumulado por cada sujeito ao longo de sua trajetória social, sendo que o conceito de capital simbólico também foi desenvolvido pelo autor em questão.

No interior dos estudos da Linguística Antropológica, o modo de se conceber a natureza e o funcionamento da linguagem e dos textos pressupõe a elaboração teórica da noção de contexto e/ou de campo social, de forma a dar conta das relações entre linguagem e contexto, e das relações entre texto e contexto. Nesse sentido, a noção de campo social é muito importante para que se compreenda os agentes e as disputas que constituem as práticas de linguagem.

Segundo Bourdieu (1997), o campo jornalístico se constituiu, no século XIX, em torno da oposição entre jornais sensacionalistas, por isso tidos como desprovidos de

objetividade, o que os levou a ocupar posições periféricas no campo, e jornais que propunham realizar análises e comentários de fatos, por isso tidos como dotados de objetividade. Entretanto, para o autor, embora supostamente composto por produções dotadas de objetividade (e também de imparcialidade), esse campo está fortemente sujeito ao veredito do mercado, assim como estão os campos político e econômico, mais que os campos científico, artístico, literário e jurídico. Hanks (2008) explica o conceito de campo postulado por Bourdieu como:

“[...] uma forma de organização social que apresenta dois aspectos centrais: (a) uma configuração de papéis sociais, de posições dos agentes e de estruturas às quais essas posições se ajustam; (b) o processo histórico no interior do qual estas posições são efetivamente assumidas, ocupadas pelos agentes (individuais ou coletivos).” (HANKS, 2008, p. 43, grifo do autor).

Como exemplos mais clássicos de campo, temos o campo educacional e os supramencionados campos literário, artístico, científico, político e jornalístico.

Ainda sobre o campo jornalístico, Bourdieu (1997) esclarece que, se, por um lado, o campo jornalístico é influenciado pelo mercado, por outro, este último exerce forte influência sobre os demais campos supramencionados, modificando “[...] mais ou menos profundamente as relações de força no interior [desses] diferentes campos, afetando o que aí se faz e o que aí se produz e exercendo efeitos muito semelhantes nesses universos fenomenicamente muito diferentes.” (BOURDIEU, 1997, p. 101).

Em decorrência da sujeição às pressões e exigências do mercado, as sanções que recaem sobre as práticas realizadas no interior do campo jornalístico podem vir diretamente através de manifestações dos clientes (espectadores, anunciantes, empresários etc.), ou indiretamente, através dos índices de audiência. Isso faz com que os jornalistas, sobretudo aqueles que possuem posições mais elevadas no campo, como diretores e redatores, passem a guiar suas ações dentro do campo de forma a obterem veredictos positivos do mercado. Por consequência, são impostas aos demais agentes do campo, como jornalistas mais jovens, um conjunto de exigências demandadas para atendimento de tais veredictos. Esses demais agentes, que não costumam possuir posições elevadas no campo, estão, por isso, mais propensos a não se oporem às exigências impostas. Essa realidade contribui para colocar sob contestações as posições de que o campo jornalístico é o lugar da objetividade e da imparcialidade, já que a própria seleção daquilo que seria ou não fato e, sobretudo, a avaliação feita pelo jornalista sobre tais fatos é condicionada por interesses (principalmente) mercadológicos mais ou menos específicos.

Nesse campo, segundo Bourdieu (1997), vigoram duas lógicas e princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares e o reconhecimento pela maioria. No primeiro caso, temos o reconhecimento, dentro do campo, daqueles atores e entidades que demonstram mais explicitamente defender e praticar os valores do campo (mesmo que isso não implique um comportamento pautado, de fato, por esses valores). Trata-se de uma forma de reconhecimento recorrente nos mais variados campos sociais, e que serve para justificar a existência do campo, dado que seus agentes compartilham de uma percepção coesa sobre aquilo que tem ou não tem valor dentro do campo. Isso porque, ao demonstrar defender e praticar os valores do campo, o agente desse campo demonstra a devida incorporação do *habitus*, isto é, do conjunto de “[...] disposições para agir, pensar e sentir [...]” (FERREIRA-SILVA, 2020, p. 79) que está a ele vinculado. Já no segundo caso, temos o reconhecimento daqueles atores e entidades que representam maiores audiências, receitas e, por consequência, lucros. Trata-se de uma lógica de legitimação

que, diferentemente do primeiro caso, vincula-se mais ao capital econômico e menos ao capital simbólico⁸.

Bourdieu (1997) sustenta, ainda, que o campo jornalístico está, em alguma medida, englobado no campo político, por isso, os agentes desses dois campos estão em uma relação permanente de concorrência e luta. Assim, de um lado, o campo jornalístico busca exercer pressão e influência sobre as decisões políticas, encenando falar pela maioria da sociedade e apagando entidades e agentes legitimados para ocupar tal posição, como os próprios representantes políticos e outros representantes de classe; do outro, os agentes do campo político buscam impor a pauta pública ao campo jornalístico, de modo que aquilo que venha a ser notícia corresponda exatamente aquilo que é de interesse desses agentes.

Cabe esclarecer que a forte influência do campo jornalístico sobre os demais campos advém do fato de que este detém o monopólio da seleção, produção (ou mesmo criação) e difusão em larga escala daquilo que é considerado informação, inclusive sobre esses outros campos (o que, consoante Bourdieu [1997], constitui uma forma rara de dominação). Assim, a existência pública desses outros campos e de seus conteúdos, isto é, a própria possibilidade de esses serem conhecidos foi, ao longo dos anos, e segue sendo moldada pelo campo jornalístico. A esse respeito, Bourdieu (1997) afirma:

Os jornalistas - seria preciso dizer o campo jornalístico - devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão. [...] Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital). (BOURDIEU, 1997, p. 65-66).

Nesse processo de produção-difusão, o jornalismo exerce uma forma de censura implícita, pois seleciona sob os critérios deste campo aquilo que, nos demais campos, merece ou não passar a ter existência pública, o que deve ou não ser efetivamente conhecido.

Bourdieu (1997) esclarece ainda que os textos são aquilo mesmo que se consome no campo jornalístico e, seguindo a lógica do capital, quanto mais consumidos os textos são, maiores os lucros que obtêm seus produtores, sendo estes, por consequência, mais valorizados no campo. No entanto, mesmo dotados de materialidade linguística escrita, os textos jornalísticos não são produtos duráveis, diferentemente do que ocorre com as produções de campos como o científico (a exemplo dos livros, teses e artigos) e o jurídico (a exemplo das leis, dos acordos e das sentenças condenatórias). Isto se dá porque o campo jornalístico possui uma temporalidade própria, em que o que interessa ser consumido é o agora, o atual. Tal realidade gera a disputa pelo “furo jornalístico”, já que aqueles que apresentam mais “furos” vendem mais notícias e possuem maior estoque de notícias para vender.

⁸ Bourdieu (1989) propõe expandir a noção marxista de capital de modo que essa possa dar conta não somente do capital econômico, poder existente na “[...] forma de propriedades materiais [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 134), como ganhos monetários e posse de bens, mas também dos capitais cultural (quanto aos saberes), social (quanto às relações e tipos de relações que podem ser estabelecidas), simbólico (quanto ao prestígio reconhecido) ou político (quanto ao êxito em disputas políticas). Estes definem as probabilidades de ganhos e acessos não somente econômicos dos atores no espaço social (especialmente nos campos), contribuindo para a definição de suas posições em tal espaço e determinando seus “[...] poderes atuais ou potenciais [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 135).

Esse campo, então, exige a produção, difusão e permanente renovação dos textos em alta velocidade, haja vista ser a notícia um produto rentável e perecível. Por consequência, a concorrência por aquilo que é considerado atual gera uma permanente auto vigilância dos agentes desse campo sobre si mesmos. É assim que um jornal, baseado nas produções de outros jornais, define aquilo que é ou deve ser assunto em um dado dia, ou quais convidados possuem importância para serem ouvidos sobre esses assuntos. Logo, como ocorre também em outros campos, esclarece Bourdieu (1997), a concorrência, que deveria favorecer a originalidade, favorece, na verdade, a uniformidade e a repetição no interior do campo jornalístico. A nosso ver, a uniformidade está relacionada ao alto grau de padronização textual-discursiva a que chegaram os textos jornalísticos (as notícias, reportagens, artigos de opinião etc. podem, por exemplo, ser reconhecidos por estudantes do ensino fundamental e médio em função principalmente do modo como são estruturados e formatados e também pelo tamanho – ou número de caracteres); já a repetição está relacionada ao que se chama no interior do campo jornalístico de *agenda-setting*, um nome técnico para justificar o procedimento da seleção tanto dos temas noticiosos (o que vale a pena ser noticiado ou não) quanto dos especialistas a serem ouvidos sobre os temas selecionados.

Avaliamos que essas características dos textos do campo jornalístico - tal como proposto pelo sociólogo francês -, evidenciam a existência, no interior desse campo, não somente de um mercado material, apreensível pela audiência enquanto lógica de legitimação do campo, e também pela sujeição desse campo, apontada por Bourdieu (1997), aos interesses mercadológicos, mas também de um mercado simbólico constituído pelas práticas linguísticas (FERREIRA-SILVA, 2020), isto é, de um mercado linguístico (BOURDIEU, 2003; 2008). Segundo esse autor, temos um mercado linguístico “[...] sempre que alguém produz um discurso em intenção de receptores capazes de o avaliar, de o apreciar e de lhe dar um preço.” (BOURDIEU, 2003, p. 129).

A atribuição de valor é feita a partir de leis próprias de tal mercado, o que permite hierarquizar as produções discursivas que são ali colocadas em jogo. No campo jornalístico, como vimos, essa valoração está vinculada (i) ao atendimento da temporalidade do campo e também ao acúmulo de capital simbólico, o qual permite projetar sobre os textos ali produzidos o maior ou menor reconhecimento que seus produtores possuem de seus pares; (ii) à escolha de temas que “passam bem na televisão” para se produzir notícias, ou seja, que atendam aos critérios de seleção do que deve, ou não, se tornar conhecido nos demais campos; (iii) à encenação dos valores de objetividade e imparcialidade, que por vezes se manifestam nas produções através da mobilização de múltiplas vozes com posições distintas sobre os assuntos tratados; (iv) à mobilização de fontes legitimadas, dentro e/ou fora do campo.

Esse mercado possui também uma estrutura própria de produção e difusão dos textos. Nele, há uma hierarquia entre seus agentes, por exemplo, editores, redatores e repórteres, a qual condiciona quais temas serão tratados em detrimento de outros e como tais temas serão abordados. A posição no campo das instituições (como jornais e portais de notícias) em que esses agentes atuam está diretamente vinculada às dimensões de suas estruturas físicas, virtuais e humanas, bem como aos seus acúmulos de capitais financeiros. Além disso, essa posição é também condicionada pelas capacidades dessas instituições em difundir os textos que são ali produzidos, o que permite fazer prevalecer os conteúdos desses textos como aqueles verdadeiramente relevantes, exercendo, consecutivamente, seus poderes de censura indireta sobre os demais conteúdos.

Cabe destacar que essa estrutura de difusão é não aquela relacionada somente aos meios de produção impresso, radiofônico e televisivo, como durante muito tempo se priorizou, mas, atualmente, sobretudo, aquela relacionada aos ambientes digitais. É ainda

importante dizer que faz parte de tal estrutura de difusão a capacidade, que possuem ou não essas instituições, de mobilização de agentes externos ao campo jornalístico, de modo a fazer com que os conteúdos noticiados sejam retextualizados por esses agentes em produções textuais não necessariamente noticiosas. Retomaremos esse e outros pontos levantados nessa breve discussão feita sobre o campo jornalístico na seção seguinte.

4. FAKE NEWS: ABALOS NO CAMPO JORNALÍSTICO

Vimos que os estudos citados anteriormente assumem posições diferentes em relação ao campo original da produção das *fake news*: ora no interior do campo político, como é o caso de Zanatta (2018), Gomes e Dourado (2019), Rodrigues e Ferreira (2020) e Mendonça et al. (2023), ora no interior do campo jornalístico, como é o caso de Bounegru e Venturini (2020), Bezerra, Capurro e Schneider (2017), Figueira (2020) e Carlson (2018).

A dinâmica de existência do campo jornalístico, como as de outros campos e de outras práticas, foi drasticamente alterada pelas novas mídias/plataformas digitais de comunicação (CARLSON, 2020), contexto que não estava previsto no estudo realizado por Bourdieu (1997). As novas mídias não somente permitiram que fosse originado um novo subcampo, o do jornalismo digital, em que vigoram novas formas de produção e difusão de textos jornalísticos, como, também, promoveram aquilo que Cesarino (2022) caracteriza como inversão hierárquica, com a subordinação de práticas jornalísticas produzidas em outros meios ao jornalismo digital. Isto porque, atualmente, a produção textual é pensada para que os diversos textos (orais, escritos, multimodais) passem bem na *internet* (meio em que são massivamente difundidos), o que altera suas dimensões e temporalidades. Assim, os textos se mostram cada vez mais curtos, feitos para o consumo rápido (CARLSON, 2020), especialmente nas redes sociais.

Também, as plataformas da *internet* passaram a ter um impacto cada vez maior sobre o campo jornalístico, especialmente nas atribuições de avaliações às pautas selecionadas pelo campo, as quais podem ser expressas imediatamente após o contato com os textos noticiosos, por exemplo em seções de comentários (CARLSON, 2020) ou em publicações nos próprios perfis dos usuários em redes sociais, alcançando em minutos públicos tão vastos quanto aqueles que tiveram contato, de fato, com as notícias avaliadas.

Carlson (2020) discute ainda o papel dos algoritmos no jornalismo digital, a mudança no consumo de notícias na atualidade e o surgimento de novas formas de intermediação, novos intermediadores. Em relação aos algoritmos, o autor explica que atualmente tanto os editores humanos quanto esses restringem e condicionam o acesso às notícias, seja em mecanismos de busca, como o *Google*, em agregadores de notícias, como o Google Notícias, ou em redes sociais, como o *Facebook*, o *Twitter* e o Instagram. Assim, notícias específicas alcançam públicos específicos, em detrimento de outras. Cabe notar que, mesmo não controlados diretamente pelos editores dos próprios jornais e aparentemente invisíveis, os algoritmos refletem ainda interesses institucionais e humanos, especialmente financeiros (GILLESPIE, 2018). Nas redes sociais *online*, por exemplo, o acesso a conteúdos de interesses dos usuários contribui para que estes passem maior tempo nesses ambientes, consumindo mais conteúdos e, consecutivamente, gerando mais receitas a tais redes.

A respeito do modo de consumo de notícias na atualidade, Carlson (2020) analisa que este já não é mais comumente feito em momentos pontuais do dia, em telejornais ou programas de rádios, cujos horários se definem pela programação das emissoras de TV ou rádio, mas sim ao longo de todo o dia, entre um acesso e outro a uma rede social, por

exemplo; ao recebermos conteúdos em grupos de trocas de mensagens, ao acompanharmos canais noticiosos no Youtube ou ao acessarmos agregadores de notícias. Resume o autor: “Pedaços de notícias nos encontram - ou nós os encontramos - em nossas vidas diárias de maneira menos ritualizada ou compartimentada do que antes.” (CARLSON, 2020, p. 240). Assim: “Organizações de notícias que antes funcionavam em um meio distinto – por exemplo, um jornal ou uma estação de rádio – agora competem diretamente entre si pela atenção em dispositivos digitais.” (CARLSON, 2020, p. 238).

O autor aponta, ademais, que a notícia já não tem mais como únicos intermediadores os jornalistas e, por consequência, as instituições que estes representam, mas um conjunto vasto de outros atores sociais, os quais podem ocupar posições sociais específicas e possuir vínculos específicos com os atores sociais para quem intermedeiam os conteúdos (é possível observarmos, por exemplo, relações familiares, religiosas, profissionais e mercantis). Esses novos intermediadores podem, além de produzir novos conteúdos noticiosos a seus critérios, cortar, acrescentar ou modificar os próprios textos jornalísticos já em circulação, fazendo-os alcançar seus interlocutores fracionados ou com alterações em seus conteúdos, bem como com comentários que condicionam suas leituras. Temos, assim, aquilo que, como mencionamos anteriormente, o que se caracteriza como *desintermediação* (INNERARITY, 2012; CESARINO, 2022), a qual contribui para o questionamento e para a desconfiança dos intermediadores clássicos, como jornalistas, mas não só, já que esta desconfiança se aplica a todo o entorno institucional das sociedades (pós)modernas, como por exemplo, a cientistas, outros agentes de Estado, às instituições como a escola, a universidade, o judiciário, o parlamento, o executivo, os meios de comunicação.

Na verdade, com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e das plataformas de conteúdos digitais, as disputas no interior dos campos ficaram cada vez mais acirradas sobre as formas de existir e de dar existência a fatos, narrativas, opiniões etc., sobre as formas de ocuparem espaços e de legitimarem a si e (deslegitimarem, quando necessário) aos outros.

Avaliamos que tal metamorfose impacta mais amplamente a reconfiguração dos limites e dos modos de atuação dos agentes nos diversos campos sociais. Aqui damos ênfase ao campo jornalístico e, mais especificamente, à produção e circulação de textos, o que tem feito “[...] estabelecer-se, com rapidez surpreendente, modelos e padrões inteiramente novos de encenação semiótica do conhecimento.” (ANTOS, 2015, p. 43).

5. A NATUREZA TEXTUAL-DISCURSIVA DAS FAKE NEWS

Os artigos apresentados na seção 3 demonstram que a discussão sobre a natureza textual-discursiva das *fake news* ocupa importante lugar na agenda de investigação dos estudiosos, mesmo que, em muitos casos, não seja colocada como preocupação central nas pesquisas realizadas. Dentre os autores consultados, essa discussão está mais presente em Tandoc Jr., Lim e Ling (2017), Allcott e Gentzkow (2017), Rini (2017), Gelfert (2018), Balem (2018), Sallorenzo (2023a), Sallorenzo (2023b), Bentes (2018), Freitas (2020), Figueira (2020) e em Seibt (2018).

Uma das principais questões desses estudos é sobre *se e o quanto* as *fake news* existem ao emularem ou não os textos jornalísticos. Outrossim, identificamos que um outro conjunto de autores apresentam raciocínios investigativos que se aproximam da tese que vamos apresentar a seguir. Gray, Bounegru e Venturini (2020), Cesarino (2022), Bezerra, Capurro e Schneider (2017), Figueira (2020) e Carlson (2018), além de reforçarem a necessidade de adoção de raciocínios complexos para explicar as *fake news*,

dando lugar, em suas investigações, a aspectos desses fenômenos explicáveis não somente a partir do ponto de vista jornalístico, mas também sociológico, antropológico, filosófico e discursivo, adotam uma visão mais franca da relação das *fake news* com campo jornalístico, do papel desse campo na existência dessa prática e da possibilidade de pensar as *fake news* enquanto existentes no interior de tal campo.

Ao longo do texto, apresentamos o conceito de campo jornalístico bourdieusiano e, ao mesmo tempo, assumimos esse conceito como de grande importância para a compreensão da natureza textual-discursiva das *fake news*. A nosso ver, as *fake news* surgem no interior do campo jornalístico porque esse campo, conforme explica Bourdieu (1997), detém o monopólio da seleção, produção (ou mesmo criação) e difusão em larga escala daquilo que é considerado informação nesse e nos outros campos, sendo, portanto, responsável pela inserção de atores, temas e instituições na chamada esfera pública.

No entanto, como para Bourdieu (1989) o campo jornalístico é, ao mesmo tempo, englobado pelo campo político⁹, dada as disputas entre os dois campos para influenciar a sociedade sobre determinadas pautas e comportamentos, postulamos que as chamadas *fake news* constituem práticas comunicativas¹⁰ (HANKS, 1996) que, como outras práticas comunicativas do campo jornalístico e do campo político, são estruturadas por meio de uma produção textual em larga escala, produção esta concebida no/ e incorporada tanto ao campo jornalístico como ao campo político e que funciona de maneira a disputar influência sobre a sociedade relativamente às pautas e acontecimentos de maior importância. As disputas estabelecidas e reforçadas pelas *fake news* têm impactos não apenas sobre sistemas de valores e crenças dos atores sociais, mas também sobre as possíveis mudanças de comportamentos e atitudes, o que pode levar esses atores a *performatizar* determinadas ações e a alimentar sentimentos que contribuem para consolidação da “era da democracia negativa”, como afirma Innerarity (2012, p. 14), citando Pierre Rosanvallon.

Logo, esses textos operam para serem reconhecidos como construtores de formas legítimas de conhecer o mundo (BENTES, 2017; KOIKE; BENTES, 2017; BENTES, 2018), o que os permitiria serem, por isso, críveis e verdadeiros, mesmo diante de outros textos que colocam sob contestação essa legitimidade. Ao serem interpretados como formas válidas de conhecer o mundo, os conteúdos das *fake news* podem, então, servir de base segura para as interpretações e ações dos agentes sociais. Para isso, tais textos precisam mobilizar e orquestrar formas de legitimarem seus conteúdos, o que

⁹ Se para Bourdieu (1989), o campo político é um campo de forças e um campo de lutas, no interior do qual as lutas empreendidas têm como objetivo a própria transformação das relações de força do campo, sendo também “o lugar em que se geram, na concorrência em que os agentes se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, comentários, conceitos, acontecimentos (...)” (p. 168), para Innerarity (2012), “Among other things, politics allows society to acquire a certain distance from itself, a thoughtfulness that allows it to critically examine its own practices (Sunstein 2004). In the public sphere befitting a republic, the emphasis is not on the people’s pre-established interests or irremediably incompatible visions of the world. Instead, communicative processes that contribute to forming and transforming the opinions interests, and identities of the citizens are foregrounded. The goal of these processes is not to satisfy individual interests or to assure the coexistence of different conceptions of the world, but to collectively elaborate common interpretations of coexistence (Habermas 1996).” (p. 13-14). Apesar de concepções diferentes sobre o campo político ou sobre a atividade política, os autores compartilham o postulado de que no domínio da política, determinadas práticas/processos comunicativas/os são centrais para que os objetivos dos agentes sejam alcançados. No entanto, Bourdieu chama atenção para “a desigual distribuição dos instrumentos de representação do mundo social” (p. 168).

¹⁰ A concepção de língua como prática social pode nos ajudar a compreender as mudanças sociais relacionadas aos usos da linguagem por diferentes atores sociais em diferentes contextos. As práticas comunicativas pressupõem que os sistemas linguísticos forneçam recursos para a categorização e a classificação da experiência. (HANKS, 1997)

possibilitará serem propagados e reiterados na sociedade, condição em que os conteúdos construídos por eles poderão, de fato, serem *reivindicados* por grupos interessados como conhecimentos, possuidores de relevância e valor social.

A constatação da diversidade de formas textuais das *fake News*, o que poderia funcionar como um contra-argumento à nossa proposta, ao explicitar que as *fake news* existem emulando não somente a notícia (principal texto jornalístico), na verdade permite argumentarmos que as *fake news* não consistem na emulação específica de textos jornalísticos, mas sim na emulação ou tentativa de deslegitimação, por parte dos agentes e instituições que dão existência a essa prática, de todo um mercado linguístico, textual e discursivo pressuposto pelo campo jornalístico, e ao qual está vinculado parte do poder do jornalismo em nossa sociedade. Nesse mercado, temos textos com estruturas genéricas diversas, os quais assumem também, valores diversos.

Assim, na contemporaneidade, fazem parte do campo jornalístico desde textos mais canônicos, como notícias, reportagens e artigos de opinião, até textos como *tweetes*, postagens de vários tipos, textos que *performam* notícias e que, mesmo não sendo textos noticiosos, funcionam como textos que veiculam informação nova. Essa diversidade de textos circula em plataformas diversas, como sites oficiais (jornalísticos e institucionais), sites comerciais, redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens.

É importante assumir que as *fake news*, de fato, se apresentam não em uma única ocorrência, mas sempre como conjunto de textos (orais, escritos, multimodais). Para os objetivos deste artigo, iremos ilustrar nossa conceituação de fake news por meio de uma breve análise de uma amostra elaborada a partir de um conjunto de textos¹¹ selecionados e reunidos por uma agência de verificação de fatos. Os textos dessa amostra foram produzidos no período entre 30 de outubro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, período que corresponde ao interstício entre a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais brasileiras e a tentativa de golpe de estado levada a cabo em Brasília, capital do país. Consideramos que esse conjunto de textos se configura como um exemplo icônico do funcionamento das fake news em um determinado contexto sócio-histórico.

Se nos fixarmos na preparação do acontecimento - a tentativa de golpe de Estado no Brasil em 08 de janeiro de 2023 -, considerando apenas os dois meses e oito dias passados entre o segundo turno da eleição presidencial e a data do referido acontecimento, podemos observar que um enorme número de textos¹² organizados a partir de variadas estruturas genéricas, alimentaram simbolicamente os apoiadores de Bolsonaro e os convenceram a participar do evento que eles denominavam como “Festa da Selma”.

No link mencionado que reúne um conjunto de dados impressionantes sobre a preparação textual-discursiva a que foram submetidos os apoiadores de Bolsonaro, estão presentes um conjunto de áudios, por exemplo. Cada áudio era *formatizado* por alguém de uma determinada origem geográfica. Os diferentes áudios exibiam sotaques diferentes, o que pode ter gerado mais credibilidade, dado que a mesma temática (BENTES, 2017; FERREIRA-SILVA, 2020), no caso, “as Forças Armadas já estão nas ruas, já estão tomando o poder”, era comunicada por meio de diferentes fontes. Nesse conjunto de áudios observados, os textos eram estruturados como testemunhos, conclamações, descrição/registo do que o locutor do áudio estava vendo - as manobras comuns de deslocamento das Forças Armadas tomadas como demonstrações de controle

¹¹ <https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/indice> Acesso em 21 de maio de 2023.

¹² “Integram este acervo 687 mídias selecionadas a partir de uma base de 119 mil imagens, 25 mil áudios e 321 vídeos compartilhados nas redes monitoradas pelo Aos Fatos entre as eleições e os ataques em Brasília.” Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/capitulo/1/2>>. Acesso em: 21 maio 2023.

do poder político no Brasil; em outras palavras, os textos dos áudios não buscavam *performatizar* notícias. Já um conjunto de vídeos reunidos nesse link *performatizavam* um telejornal, que apresentava um conjunto de recursos visuais tais como a divisão da tela onde, de um lado, havia a presença de uma figura que encenava o papel de jornalista de um telejornal, e de outro uma foto ou um outro tipo de imagem, sendo que o texto do jornalista e a imagem remetem à mesma temática: “as Forças Armadas já estão no controle do poder político”. Um outro conjunto de vídeos também *performatizavam* gêneros não noticiosos, tais como aqueles de estilo “Tik Tok”, ou de estilo testemunhal/documental (“vejam o que eu estou vendo aqui”), todos falando de temáticas que reforçam a ideia de que os militares iriam tomar o poder e deixar Bolsonaro governando, mesmo tendo ele perdido as eleições: a ida de Bolsonaro a cerimônias militares no período, as mensagens cifradas de Bolsonaro, o fato de que Lula, com certeza, não subiria a rampa do Planalto.

Nesse link também há textos escritos que *performatizam* notícias, textos de natureza publicitária, textos curtos como postagens para diferentes redes sociais. O que importa é que as *fake news* constituem a produção textual-discursiva do chamado ecossistema de desinformação (FERREIRA, 2021). São os conjuntos de textos produzidos, na sua grande maioria, por atores desconhecidos em situações e contextos pouco recuperáveis os responsáveis por dar forma e tamanho a esse ecossistema; são eles que permitem a reconstrução de sistemas de valores e de referências, propiciando assim, rupturas sociocognitivas (SALLORENZO, 2023a, 2023b) e criando as condições para mudanças massivas de comportamento relativamente a determinadas pautas, acontecimentos, problemas sociais. Estima-se que hoje, no Brasil, cerca de 25% da população continue a reverenciar o ex-presidente Bolsonaro, mesmo tendo sido ele responsável por uma política sanitária durante a pandemia que levou 700 mil brasileiros à morte por Covid-19.

Ao longo de quatro anos, Bolsonaro buscou construir a suspeição sobre a legitimidade das instituições em geral, dos agentes do Estado e, especialmente, do sistema eleitoral brasileiro e da política sanitária necessária para um quadro de pandemia mundial. No entanto, Bolsonaro também produziu, por meio de seus vários pronunciamentos, uma confiança muito grande nas Forças Armadas brasileiras. Essa relação de confiança estabelecida produziu a crença compartilhada por uma multidão de que, ao invadir e depredar os prédios dos poderes da República em 08 de janeiro, todos seriam imediatamente apoiados por essa instituição, as Forças Armadas. Os textos que circularam ao longo dos dois meses antes da tentativa de golpe podem ser considerados como fundamentais para a consolidação dessa crença e para “mover” os apoiadores de Bolsonaro na direção de ações das quais viriam (ou não) a se arrepender depois.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito ainda o que se dizer sobre esse tema. A discussão não se esgota aqui. Nosso objetivo foi apresentar o início de abordagem textual-discursiva das *fake news*, postulando que elas são práticas comunicativas estruturadas por meio de uma produção textual em larga escala, produção essa concebida no/ e incorporada tanto ao campo jornalístico como ao campo político. Ao mesmo tempo em que são exploradas as características textuais-discursivas da produção simbólica desses campos, as *fake news* contribuem para a sua deterioração, ao construírem a suspeição sobre a legitimidade das instituições em geral, dos agentes do Estado e, no caso do Brasil, do sistema eleitoral e da política sanitária necessária em um tempo de pandemia mundial. Ao mesmo tempo em

que buscam a deterioração especialmente dos campos jornalístico e político, os atores sociais responsáveis por essa produção textual massiva também buscam estabelecer a inserção e a legitimação de novos atores e de outras trajetórias nesses campos, especialmente por meio da desintermediação, instaurando um ambiente de disputa de “vida ou morte” no espaço social, disputa esta que parece estar em seu ápice no Brasil. Nesse sentido, a produção textual em larga escala, diversa, e encenada como desintermediada, constitui-se como um importante instrumento tanto para manter esse ambiente de disputa como também para dar continuidade aos processos de inserção e de legitimação/ deslegitimação dos diversos atores nos/dos diversos campos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and *fake news* in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n.2, p. 211-236, 2017.
- ANTOS, Gerd. Textos: Modelos da Produção de conhecimento. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 3, p. 25-51, 2015.
- ATHAYDES, Andréia Silveira; ÁLVAREZ-NOBELL, Alejandro; SADI, Gabriel. Fake news y relaciones públicas en América Latina. *In: Mediaciones de la Comunicación*, v. 15, n. 1, p. 25-40, 2020.
- BALEM, Isadora Forgiarini. O impacto das fakenews e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede: a contribuição da liberdade de expressão na consolidação democrática. *In: BLOOD*, Renata Luciane Polsaque Young (Org.). *Fenômenos Sociais e Direito 2*. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018, p. 83-95.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, p. 1-63, 2017.
- BENTES, Anna Christina. Temáticas como estratégias discursivas de legitimação social em programas televisivos brasileiros. *Letras*, n. 54, p. 101-112, 2017. <https://doi.org/10.5902/2176148529572>
- BENTES, Anna Christina. *O texto além do texto. IHU On-Line Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 520, p. 2018. <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7249-o-texto-alem-do-texto>.
- BENTES, Anna Christina; MORATO, Edwiges. Cyberhate, verbal violence, and reflexivity in the covid-19 pandemic's scenario in Brazil. *In: SIGNORINI, Inês (Ed.) Language practices of Cyberhate in Unfolding Global and Local Realities*. New Castle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2022, p. 68-85.
- BENTES, A.C. Texto. *In: MAGALHÃES, T.; FLORES, V. (orgs.) Estudos do discurso: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Vozes (no prelo).
- BEZERRA, Arthur Coelho; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. *Liinc em Revista*, v. 13, n 2, p. 371-380, 2017.
- BLOCH, Marc. Reflections of a historian on the false news of the war. *Michigan War Studies Review*, v. 2013, p. 1-11, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CARLSON, Matt. Fake news as an informational moral panic: the symbolic deviancy of social media during the 2016 US presidential election. *Information, Communication & Society*, v. 23, n. 3, p. 374-388, 2018.
- CARLSON, Matt. Journalistic epistemology and digital news circulation: Infrastructure, circulation practices, and epistemic contests. *New media & society*, v. 22, n. 2, p. 230-246, 2020.
- CAVALCANTE, Sávio Machado. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. *Calidoscópio*, v. 19, n. 1, p. 4-17, 2021.
- CESARINO, Letícia. Populismo digital: roteiro inicial para um conceito (Parte I: metodologia e teoria). Disponível em: <https://www.academia.edu/38061666/Populismo_digital_roteiro_inicial_para_um_conceito_a_partir_de_um_estudo_de_caso_da_campanha_eleitoral_de_2018>.
- CESARINO, Letícia. On Digital Populism in Brazil. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*. Disponível em: <<https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital>>.

populism/?fbclid=IwAR2JNsLh- hsjYwEwPFx6sl1s4NAC0udsh0x6FY7Gy0nlU71UW_C-8DX1krA>.

- CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. *Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques*. *Media&Jornalismo*, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.
- FERREIRA, Eliara Santana. *Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento*. *SCRIPTA*, v. 25, n. 54, p. 96-128, 2021.
- FERREIRA-SILVA, Beatriz. *“Boas práticas” em exposições orais: organização textual-discursiva em amostras da fala pública liberal no Brasil recente*. 2020. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- FIGUEIRA, Filipo. *Dos usos (e abusos) da cenografia jornalística: as desnotícias e as fake news*. *Cadernos de Linguística*, v.1, n. 4, p. 1-28, 2020.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. *O duplo aniquilamento de Marielle Franco: fake news como estratégia para liquidar o inimigo*. *Revista Mediação*, v. 22, n. 30, p. 23-41, 2020.
- GARAY, Ana; ÍÑIGUEZ, Lupicínio; MARTINEZ, Luz Ma. *La perspectiva discursiva en psicología social. Subjetividad y procesos cognitivos*, UCES, p. 105-130, 2005.
- GELFERT, Axel. *Fake news: a definition*. *Informal Logic*, v. 38, n. 1, p. 84–117, 2018.
- GILLESPIE, Tarleton. *A relevância dos algoritmos*. *Revista Parágrafo*, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.
- GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. *Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. *Fake news, desordem informacional e pânico moral: explorando estratégias discursivas*. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 4, p. 01-26, 2020.
- GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; VENTURINI, Tommaso. *‘Fake news’ as infrastructural uncanny*. *New media & society*, v. 22, n. 2, p. 317-341, 2020.
- HANKS, William F. *Language and communicative practices*. New York and London: Taylor & Francis, 1996.
- HANKS, William F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.
- INNERARITY, Daniel. *Politics after indignation: possibilities and limits of direct democracy*. EUI Working Papers, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Global Governance Programme-25, 2012.
- ISLAM, Md Saiful; SARKAR, Tonmoy; KHAN, Sazzad Hossain; KAMAL, Abu-Hena Mostofa; HASAN, SM Murshid; KABIR, Alamgir; YEASMIN, Dalia; ISLAM, Mohammad Ariful; CHOWDHURY, Kamal Ibne Amin; ANWAR, Kazi Selim; CHUGHTAI, Abrar Ahmad; SEALE, Holly. *COVID-19–related epidemic and its impact on public health: a global social media analysis*. *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 103, n. 4, p. 1621–1629, 2020.
- KOIKE, Dale; BENTES, Anna Christina. *Cad. Cedex*, Campinas, v. 38, n. 105, p. 139-158, maio-ago., 2018. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622018183528>
- KOMESU, F.; ALEXANDRE, G. G.; SILVA, L. S. *A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de Covid-19*. In: RODRIGUES, D. L. D. I.; SILVA, J. Q. G. (org.). *Estudos aplicados à prática de escrita acadêmica: colocando a mão na massa*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. v. 3, p. 185-229.
- KOMESU, F.; DAUNAY, B.; FLUCKIGER, C. *Littéracies numériques et désinformation: le rôle de l’enseignant dans le contexte d’infodémie*. In: SCHEEPERS, C. (org.). *Former à l’écrit, former par l’écrit dans le supérieur*. Paris: DeBoeck, 2021. p. 255-267.
- LAZER, David M. J.; BAUM, Matthew A.; BENKLER, Yochai; BERINSKY, Adam J.; GREENHILL, Kelly M.; MENCZER, Filippo; METZGER, Miriam J.; NYHAN, Brendan; PENNYCOOK, Gordon; ROTHCHILD, David; SCHUDSON, Michael; SLOMAN, Steven A.; SUNSTEIN, Cass R.; THORSON, Emily A.; WATTS, Duncan J.; ZITTRAIN, Jonathan L. *The science of fake news*. *Science*, v. 359, p. 1094-1096, 2018.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAYORAL, Javier; PARRATT, Sonia; MORATA, Monserrat. *Desinformación, manipulación y credibilidad periodísticas: una perspectiva histórica*. *Historia y comunicación social*, v. 24, n. 2, p. 395-409, 2019.
- MELO, Istárlét Kétilé Santos de. *A pós-verdade nas redes sociais como recurso discursivo para a manipulação de massa*. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 4, p. 01-19, 2020.

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FREITAS, Viviane Gonçalves; AGGIO, Camilo de Oliveira; SANTOS, Nina Fernandes dos. *Fake news* e o repertório contemporâneo de ação política. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 66, n. 2, p. 1-33, 2023
- NIEVES-CUERVO, Giselly Mayerly; MANRIQUE-HERNÁNDEZ, Edgar F.; ROBLEDO-COLONIA, Angelo Fernando; ARDILA, Elvia Karina Grillo. Infodemia: notícias falsas y tendencias de mortalidade por COVID-19 en seis países de América Latina. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 45, p. 1-8, 2021.
- OLIVEIRA, Débora Leite de; COSTA, Maria Helenice Araújo. Fato ou fake: um olhar para as pistas (con)textuais no processo de construção de sentido. *Cadernos de Linguística*, v.1, n. 4, p. 1-21, 2020.
- RINI, Regina. *Fake news* and partisan epistemology. *Kennedy Institute of Ethics Journal*, v. 27, n. 2, p. 43-64, 2017.
- RODRIGUES, Theófilo; FERREIRA, Daniel. Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: Brasil e Espanha em perspectiva comparada. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, n. 59.2, p. 1070-1086, 2020.
- SALLORENZO, Letícia. O 8 de janeiro e o fator humano - Parte 1. *Jornal GGN*, 2023a. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/analise/o-8-de-janeiro-e-o-fator-humano-parte-1-por-leticia-sallorengo/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- SALLORENZO, Letícia. O 8 de janeiro e o fator humano - Parte 2. *Jornal GGN*, 2023b. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/analise/o-8-de-janeiro-e-o-fator-humano-parte-2-por-leticia-sallorengo/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- SANTAELLA, Lucia. *A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?*. Barueri (SP): Estação das Letras e Cores, 2018.
- SEIBT, Taís. Cultura de verificação é um caminho para enfrentar as fake News. *IHU On-Line Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 520, p. 46-51, 2018.
- TANDOC JR., Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “fake news”: a typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2017.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg (FR): Council of Europe, 2017.
- VISCARDI, Janaína Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP*, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658477>. Acesso em: 3 maio. 2023.
- ZANATTA, Rafael. *Fake news* e o triunfo do reducionismo. *IHU On-Line Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 520, p. 12-17, 2018.

Recebido: 3/5/2023

Aceito: 28/9/2023

Publicado: 29/11/2023